

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 15/2013**

Período: 11/05/2013 – 17/05/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Comissão Nacional da Verdade I: Ustra presta depoimento em audiência pública
- 2- Comissão Nacional da Verdade II: colegiado recebe críticas de familiares de desaparecidos
- 3- Comissão Nacional da Verdade III: Rousseff prorroga prazo de trabalho do colegiado
- 4- Comissão Nacional da Verdade IV: empresários que teriam financiado repressão durante o regime militar serão convocados para depor
- 5- Comissão Nacional da Verdade V: UnB contribuirá com os trabalhos
- 6- Comissão Nacional da Verdade VI: Forças Armadas impedem acesso a documentos do regime militar
- 7- Investigações da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo tomam como objeto o caso Herzog e a gestão de Maluf na prefeitura da cidade
- 8- Ex-soldado esclarece morte de casal de militantes da ALN
- 9- Documentos de Zuzu Angel denunciam o assassinato de seu filho
- 10- Coluna opinativa analisa os chamados crimes de natureza permanente frente a Lei da Anistia
- 11- Procuradores denunciam militares por sequestro de militante
- 12- Segurança nos grandes eventos I: Forças Armadas se preparam para atuar na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude
- 13- Segurança nos grandes eventos II: Exército intensifica a fiscalização do comércio e manuseio de explosivos
- 14- Instalações das Forças Armadas são usadas para treinamentos olímpicos
- 15- Empresa Condor afirma que material vendido é testado previamente pelo Exército
- 16- Lobão comentou acusações feitas à presidenta
- 17- Marinha testa na Noruega combustível que será utilizado no submarino nuclear
- 18- Governo egípcio estuda transição política brasileira

1- Comissão Nacional da Verdade I: Ustra presta depoimento em audiência pública

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 10/05/13, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra alegou ser inocente e acusou a presidenta da República, Dilma Rousseff, de ter se envolvido em organizações terroristas durante o regime militar (1964-1985). Segundo o *Correio*, Ustra foi responsabilizado por aproximadamente 50 homicídios ocorridos nas dependências do antigo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Exército em São Paulo. Entretanto, devido a Lei da Anistia (1979), Ustra não pode ser punido por estes

homicídios. Apesar de possuir o direito de ficar em silêncio, o coronel alegou ser inocente e afirmou que apenas obedecia a ordens superiores. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Ustra garantiu nunca ter cometido assassinatos ou ocultado cadáveres e disse que nunca ocorreram estupros nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, tendo sempre agido de acordo com a lei. Na versão do coronel reformado, as mortes só ocorreram em confrontos armados entre militantes e militares. Após se defender, afirmou que o papel dos militares na época era evitar que o Brasil se transformasse em um país comunista, destacando que tal objetivo encontrava-se escrito nos programas das organizações de oposição e que, se o regime militar não tivesse tomado as atitudes que tomou, não haveria democracia no país. Entretanto, quando lhe foi sugerido que fizesse uma acareação com Gilberto Natalini, vereador da cidade de São Paulo, que afirma ter sido torturado pessoalmente pelo coronel, Ustra reagiu fortemente gritando que não faria uma acareação com ex-terrorista. Os ânimos se exaltaram e a discussão levou ao fim da audiência pública. De acordo com *O Estado*, o depoimento de Ustra à CNV acentuou uma questão central referente ao trabalho do grupo: como definir o regime militar. O coronel reformado referiu-se ao período de acordo com a lógica da Guerra Fria, envolvida na disputa bipolar entre capitalismo e comunismo. Dessa forma, seria justificável a repressão contra os grupos armados de oposição, considerados terroristas pelos militares no poder. Segundo Ustra, era uma luta dos “defensores da liberdade”, representados pelos militares, contra os terroristas, membros da oposição. O jornal lembrou que um dos objetivos da CNV é justamente desmontar tal argumentação, mostrando que a existência de grupos armados opositores foi utilizada como pretexto para instalar um estado de terror no país. *O Estado* também informou que ex-presos políticos, familiares de desaparecidos e organizações de direitos humanos ficaram insatisfeitos com o desempenho dos membros da CNV durante o depoimento público do coronel Ustra. Para eles, a Comissão teria deixado Ustra transformar sua fala em discurso político, em defesa do período autoritário. O ex-deputado Aldo Arantes, da direção nacional do Partido Comunista do Brasil, declarou que “a comissão deveria ter se preparado melhor, organizado as regras, para impedir que um facínora transformasse aquilo num palanque, agredindo a presidente da República da forma como fez”. Segundo *O Estado*, o presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, deputado Adriano Diogo, também criticou a CNV: “as pessoas selecionadas não estavam preparadas. Ele [Ustra] chamou a presidente de terrorista e eles não reagiram, não defenderam a legalidade”. Ainda sobre o assunto, o jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a ex-deputada Bete Mendes, conhecida atriz e militante política, acusou, em 1985, o coronel Ustra de tê-la torturado. A denúncia foi enviada por carta ao então presidente da República, José Sarney. O governo chegou a anunciar o afastamento do coronel, contudo, devido a não aceitação por parte dos militares, a situação permaneceu como estava. Sarney alegou que a Lei da Anistia (1979) era ampla e não permitia uma “caça as bruxas”. (Correio Braziliense – 11/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 11/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 11/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 14/05/13)

## 2- Comissão Nacional da Verdade II: colegiado recebe críticas de familiares de desaparecidos

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem recebido críticas de parentes de desaparecidos durante o regime militar (1964-1985). As principais reclamações são a falta de transparência, a concentração de esforços em casos de grande apelo público e a ausência de debate sobre a Lei da Anistia (1979). O jornal apontou casos como o do jornalista Renato Dias, cujo irmão foi levado pela polícia em 1970. Dias afirmou estar preocupado porque casos não conhecidos nacionalmente podem ficar sem esclarecimentos para sempre. Já Mateus Guimarães, sobrinho do desaparecido e ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Honestino Guimarães, criticou a CNV por nunca ter entrado em contato com a família para obter informações. Guimarães afirmou estar preparando um dossiê para enviar à CNV e questionou o limite de dois anos para a conclusão dos trabalhos, pois considera que “é um período muito grande da nossa história para ser analisado e documentado em tão pouco tempo”. O amigo de infância de Honestino e sobrevivente do Pelotão de Investigações Criminais do Exército, Sebastião Neto, se mostrou mais otimista ao afirmar que a Comissão depende da atenção da sociedade e cobrou uma postura mais incisiva na defesa da revisão da Lei da Anistia. Com relação à falta de transparência, o jornal *Folha de S. Paulo* informou que, segundo Claudio Fonteles, membro da CNV, o colegiado poderá adotar a prática de audiências públicas, conforme utilizado no dia 10/05/13 no depoimento do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. As audiências anteriores ocorreram a portas fechadas, com os depoimentos de 11 agentes da repressão dos 15 que haviam sido inicialmente convidados. Os que defendem a divulgação acreditam que ela deve provocar um esperado debate público sobre o assunto. Já aqueles contrários à audiência pública dizem que uma sessão fechada daria maior possibilidade dos convocados falarem sobre o assunto. O que vem ocorrendo, referente a tal debate, é que as ações mudam de acordo com a rotatividade da coordenação da CNV. (*Correio Braziliense* – 12/05/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 11/05/13)

## 3- Comissão Nacional da Verdade III: Rousseff prorroga prazo de trabalho do colegiado

De acordo com os jornais, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, no dia 14/05/13, durante encontro com os membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a presidenta da República, Dilma Rousseff, decidiu prorrogar até dezembro de 2014 os trabalhos do órgão, inicialmente previstos para serem encerrados em maio de 2014. Em nota, Paulo Sergio Pinheiro declarou que os membros da CNV afirmaram à Rousseff que a reivindicação para que o prazo fosse estendido seria benéfica para o aprofundamento do trabalho do colegiado. A presidenta declarou estar satisfeita com o ritmo dos trabalhos da CNV, e disse que “se impressionou” com o depoimento do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. De acordo com *O Estado*, Rousseff mobilizou estrutura e recursos de ministérios para dar apoio à CNV e determinou que os pedidos do colegiado sejam prontamente analisados na Casa Civil e, quando necessário, outros ministérios são convocados a colaborar. As pastas mais envolvidas são as de Defesa, Relações Exteriores, Educação e Ciência e

Tecnologia. O *Estado* informou, no dia 14/05/13, que Rousseff solicitou ao presidente da Alemanha, Joachim Gauck, acesso a arquivos do país europeu que possam auxiliar a CNV. O colegiado espera produzir um relatório aprofundado sobre o regime militar (1964-1985) que possibilite um “acerto de contas com o passado”. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, um dos maiores desafios é a análise das quase 16 milhões de páginas de arquivos obtidos dos antigos serviços de informação. Pinheiro afirmou que, por meio de acordo com o governo, o material será digitalizado e o colegiado contará com um sistema de leitura ótica. De acordo com o *Correio Braziliense*, Pinheiro defendeu que a CNV inclua em seu relatório final, que deve ser divulgado em maio de 2014, recomendações sobre a revisão da Lei da Anistia (1979) e mencionou que o documento será contundente. Pinheiro ainda afirmou que o relatório parcial da CNV programado para maio de 2013 deve conter “surpresas”. (*Correio Braziliense* – 14/05/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 16/05/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 12/05/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 14/05/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 15/05/13)

#### 4- Comissão Nacional da Verdade IV: empresários que teriam financiado repressão durante o regime militar serão convocados para depor

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade convocará para prestar depoimento os empresários que teriam contribuído para financiar a repressão política ocorrida durante o regime militar (1964-1985). Rosa Cardoso, integrante da Comissão, alegou que existe “o elemento civil da ditadura” que também deve ser investigado. O jornal relembrou que estudos históricos sobre a época do regime descrevem a participação de diversos empresários na repressão, e que um dos casos mais emblemáticos é o financiamento da Operação Bandeirante (Oban), que compreendia um grupo de integrantes das Forças Armadas e das polícias estaduais, criado no fim dos anos 1960, com o intuito de acabar com a resistência ao regime. Paulo Sérgio Pinheiro, integrante da Comissão, disse que o relatório final irá “reconstituir a colaboração de empresas e empresários na manutenção do sistema paralelo de repressão articulado com as Forças Armadas”. O periódico ainda evidenciou que, na semana do dia 20/05/13, devem ser determinados os nomes que serão chamados para depor, sendo que a presença dos mesmos na Comissão, após a convocação, é obrigatória, apesar do direito de permanecerem em silêncio. (*Folha de S. Paulo – Poder* – 13/05/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 14/05/13)

#### 5- Comissão Nacional da Verdade V: UnB contribuirá com os trabalhos

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, “dará início esta semana a uma série de depoimentos de professores e alunos que vivenciaram a Ditadura dentro da instituição”. Segundo o periódico, os depoimentos, feitos à Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, não possuem prazo de conclusão. (*Correio Braziliense* – 14/05/13)

#### 6- Comissão Nacional da Verdade VI: Forças Armadas impedem acesso a documentos do regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem enfrentado dificuldades para acessar os arquivos do regime militar (1964-1985). Em entrevista ao *Estado*, Rosa Maria Cardoso, que assumiu em 17/05/13 a coordenação da CNV, declarou que o colegiado tentou todas as formas de solicitação institucional para ter acesso aos documentos do regime. Segundo Cardoso, a CNV recorreu ao ministro da Defesa, Celso Amorim, e a informação que tem recebido é a de que os documentos foram queimados. Amorim, afirmou, em junho de 2012, que a lei seria cumprida pelas Forças Armadas e os arquivos dos centros de inteligência seriam abertos, porém houve poucos avanços nesse âmbito desde então. De acordo com *O Estado*, as Forças Armadas barraram a entrada do grupo da CNV encarregado de investigar crimes do Estado nas dependências do Centro de Inteligência de Segurança da Aeronáutica (CISA), do Centro de Informações do Exército (CIEEx) e do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), órgãos responsáveis por operações de combate a grupos armados que se opunham ao regime. Segundo o jornal, consta na lei que criou a CNV a possibilidade de requerer acesso a informações ao Poder Judiciário e já foi discutida a possibilidade de recorrer a um pedido legal de busca e apreensão. De acordo com *O Estado*, o Palácio do Planalto tem optado por uma posição branda em relação à postura adotada pelos militares frente ao acesso às informações, pois a presidenta da República, Dilma Rousseff, não emitiu qualquer ordem de liberação dos documentos dos centros de inteligência. (*O Estado de S. Paulo – Política – 16/05/13*)

#### 7- Investigações da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo tomam como objeto o caso Herzog e a gestão de Maluf na prefeitura da cidade

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo planeja ouvir o fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, que registrou a cena de Vladimir Herzog morto, e levá-lo novamente ao local onde a foto foi capturada, o Centro de Operações Informações – Departamento de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Vieira, que fugiu do país em 1979, era fotógrafo da Polícia Civil e foi levado às dependências do DOI-Codi para fotografar Herzog após sua morte. Segundo o Vieira, o corpo de Herzog já estava pronto para ser fotografado de forma a simular suicídio. Além disso, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo convidará o deputado federal Paulo Maluf para depor sobre o projeto de instalação de dois crematórios no cemitério Dom Bosco, apresentado em sua primeira gestão como prefeito da cidade (1969-1971), durante o regime militar (1964-1985). De acordo com a *Folha*, o presidente da Comissão afirmou que há indícios de que os crematórios propostos seriam utilizados para incinerar presos políticos. A suspeita partiu, segundo o jornal, de uma carta citada durante uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal, na qual a empresa contratada para a obra questiona irregularidades no projeto, como a inadequação para o acompanhamento das cerimônias pelos familiares. Segundo o periódico, o projeto foi modificado e implementado posteriormente no cemitério São Pedro, no bairro Vila Alpina. (*Folha de S. Paulo – Poder – 15/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 11/05/13*)

#### 8- Ex-soldado esclarece morte de casal de militantes da ALN

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 16/05/13, em depoimento na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, o ex-soldado Valdemar Martins de Oliveira afirmou que os estudantes João Antônio e Catarina Helena Abi-Eçab, militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN), foram assassinados pelo capitão do Exército Freddie Perdigão Pereira, em novembro de 1968. Oliveira relatou que o casal foi sequestrado e levado para um sítio na cidade de São João de Meriti, no estado do Rio de Janeiro, e lá foram torturados e executados por militares do Exército por suspeita de participação na morte do militar estadunidense Charles Chandler, em 1968. De acordo com a *Folha*, Perdigão atuou no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército no Rio de Janeiro e no Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e foi o mentor do atentado no Centro de Convenções Riocentro, em 1981. Segundo Oliveira, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu no atentado do Riocentro, também estava presente no sítio de São João de Meriti. Na época, os militares afirmaram que o casal morreu em um acidente de carro, após detonação de explosivos que estariam transportando. Entretanto, Oliveira desmentiu a versão oficial afirmando que o acidente havia sido forjado. Em julho de 2000, após entrevista de Oliveira para a TV Globo, os restos mortais de Abi-Eçab foram exumados, e uma nova perícia concluiu que ela havia sido executada e depois colocada no carro. Foi a primeira vez que Oliveira citou o nome de Perdigão como responsável pela execução do casal; segundo ele, o esclarecimento só não ocorreu antes em razão das ameaças que recebia por parte de antigos agentes da repressão. (*Folha de S. Paulo – Poder – 17/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 17/05/13*)

#### 9- Documentos de Zuzu Angel denunciam o assassinato de seu filho

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, documentos da época do regime militar brasileiro (1964-1985) revelam os esforços da desenhista de modas, Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, para denunciar o assassinato do filho, Stuart Edgar Angel Jones. Participante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), Jones teria sido morto sob tortura no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro. Zuzu Angel aproveitou a dupla nacionalidade do filho, nascido nos Estados Unidos, para pedir auxílio a personalidades estadunidenses e divulgar o crime em um país onde a censura imposta pelos militares brasileiros não funcionaria. Em setembro de 1971, Zuzu Angel organizou um desfile de moda em Nova York e aproveitou a ocasião para denunciar o caso de seu filho. O ato teve ampla repercussão e a história foi publicada em jornais de diversos países, mas não no Brasil. Por volta de outubro daquele ano, no entanto, militares brasileiros espalharam cartazes com a foto de Stuart como procurado. Naquela época, segundo carta escrita pelo preso político Alex Polari de Alverga, Stuart já não estava mais vivo. Zuzu Angel sabia que corria riscos e chegou a deixar uma mensagem ao compositor Chico Buarque de Hollanda afirmando “se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho”. Em 14/04/1976, Zuleika Angel Jones morreu em um acidente de carro que, em 1998, seria julgado como assassinato pela Comissão de Mortos e

Desaparecidos Políticos. Os documentos que revelam a luta de Zuzu Angel estão atualmente disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. (O Estado de S. Paulo – Aliás – 12/05/13)

10- Coluna opinativa analisa os chamados crimes de natureza permanente frente a Lei da Anistia

Em coluna de opinião ao jornal *Folha de S. Paulo*, os professores de direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena Vieira e Heloísa Estellita afirmaram que existem hoje vários casos na Justiça Federal que almejam responsabilizar atos criminosos cometidos durante o regime militar (1964-1985), mesmo com a plena validade da Lei da Anistia (1979), decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público Federal tem buscado apresentar uma nova linha de argumentação, segundo a qual os casos referentes a desaparecimentos são considerados crimes de natureza permanente, ou seja, o crime iniciado no regime militar que ainda não se exauriu. Dessa forma, tais atos poderiam ser julgados sem contrariar o STF. De acordo com os professores, tais propostas estão alinhadas com a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Apesar da decisão do STF, a apresentação de novos elementos pode levar a alterações na situação atual. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/05/13)

11- Procuradores denunciam militares por sequestro de militante

Conforme publicado nos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro denunciou cinco ex-agentes do antigo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da cidade do Rio de Janeiro pelo crime de sequestro qualificado do militante ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Mário Alves de Souza Vieira, durante o regime militar (1964-1985). Os denunciados foram o tenente Luiz Mário Valle Correia Lima, o inspetor Luiz Timótheo de Lima, o capitão Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada, o tenente Dulene Aleixo Garcez dos Reis e o major Valter da Costa Jacarandá. De acordo com a denúncia, assinada pelos procuradores Antônio Cabral e Luiz Lessa, Vieira foi preso ilegalmente e torturado na noite do dia 16/01/1970 e "as provas mostram que a vítima sofreu vários tipos de tortura, especialmente por métodos como choques elétricos, pau de arara, afogamento e espancamento". Segundo a *Folha*, os procuradores argumentaram que, por se tratar de um crime de natureza permanente pelo fato do corpo da vítima nunca ter sido encontrado, o delito não seria contemplado pela Lei da Anistia (1979). O MPF solicitou a perda do cargo público, o cancelamento da aposentadoria, a retirada de condecorações e indenização de R\$ 100 mil à família da vítima. De acordo com a *Folha*, a filha de Alves, Lúcia Alves, declarou estar "aliviada" após a denúncia e espera que esse "evento tão mal explicado" seja esclarecido. (*Correio Braziliense* – 16/05/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 16/05/13)

### 12- Segurança nos grandes eventos I: Forças Armadas se preparam para atuar na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, uma grande operação está sendo preparada para a Copa das Confederações, que ocorrerá no Brasil no próximo mês. O jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou em sua coluna que o Ministério da Defesa mobilizará 25 mil homens da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Segundo o *Correio*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigou todos os voluntários que participarão do evento e entregou um relatório de avaliação de risco ao governo do Distrito Federal, indicando possíveis ameaças como a ação de grupos extremistas. O diretor-geral da Abin, Wilson Trezza, afirmou em entrevista para o *Correio* que o Centro de Inteligência Nacional, que funcionará em Brasília durante a Copa das Confederações, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), terá ligação permanente com o Centro de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa e com a Secretaria Especial de Grandes Eventos. Ademais, o Ministério da Defesa, segundo o *Correio*, criou, em vista dos grandes eventos que ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro, uma assessoria especial para atuar nas áreas de inteligência e segurança pública. O novo órgão, que será extinto em 2016, após as Olimpíadas, ficará vinculado ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Segundo o periódico, o ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que “a assessoria tem como finalidade facilitar a coordenação das ações com os demais órgãos que estão na organização dos grandes eventos”. O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou que as Forças Armadas serão responsáveis pela segurança das áreas externas do Campus Fidei ou Campo da Fé, em Guaratiba, no Rio de Janeiro, local onde será realizada a Jornada Mundial da Juventude no mês de julho. No total, quatro mil militares atuarão na região. (*Correio Braziliense* – 12/05/13; *Correio Braziliense* – 15/05/13; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole - 17/05/13)

### 13- Segurança nos grandes eventos II: Exército intensifica a fiscalização do comércio e manuseio de explosivos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, integrantes do Comando Militar do Sudeste (CMSE) inspecionaram 385 empresas em 141 cidades do estado de São Paulo com o intuito de coibir o desvio e o comércio irregular de explosivos. O objetivo é evitar que este material seja entregue a facções criminosas ou utilizados em possíveis atentados terroristas durante os grandes eventos que o país sediará a partir deste ano. Essa operação, denominada Operação Selva de Pedra, contou com a participação de 256 homens de quatro unidades do Exército, além de policiais militares e civis. Segundo previsões do general João Camilo Pires de Campos, comandante da 2ª Região Militar, operações como essa serão mais frequentes diante a proximidade dos grandes eventos sediados pelo Brasil. Esta ação havia sido planejada desde março e contou com a ajuda do governo do estado de São Paulo, além disso, os soldados que participaram da operação tiveram treinamento especial para que pudessem dar suporte aos oficiais encarregados da fiscalização. Inicialmente duas empresas clandestinas foram descobertas e 25 quilos de explosivos foram apreendidos, os responsáveis foram indiciados pela Polícia Civil. (*O Estado de S. Paulo* – Metrópole - 17/05/13)

14- Instalações das Forças Armadas são usadas para treinamentos olímpicos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) recebeu o auxílio das Forças Armadas para suprir a falta de locais para treinamento de esportes olímpicos no Rio de Janeiro, cidade-sede das Olimpíadas de 2016. O presidente do Comitê, Carlos Arthur Nuzman, disse que as Forças Armadas “contam com locais de treinamento para várias modalidades e estão disponibilizando isso para o COB agora”. Um convênio anunciado no dia 12/05/13 garante a utilização da Escola Naval, da Marinha, para o treinamento de quatro modalidades: polo aquático, nado sincronizado, tiro e vela. A próxima intenção do COB é garantir uma parceria com a Aeronáutica para que membros da equipe de atletismo possam treinar na Universidade da Força Aérea. No dia 14/05/13, a *Folha* e *O Estado de S. Paulo* evidenciaram que o acordo com as Forças implica no investimento nas infraestruturas das instalações, financiado pelo COB, de R\$ 350 mil no ano de 2013, valor que, segundo a *Folha*, deve se repetir nos anos seguintes, até 2016. *O Estado* mencionou que, segundo Nuzman, a área náutica da Escola Naval receberá uma nova cobertura, além de rampas e guindastes para barcos. (*Folha de S. Paulo – Esporte – 13/05/13*; *Folha de S. Paulo – Esporte – 14/05/13*; *O Estado de S. Paulo – Esportes - 14/05/13*)

15- Empresa Condor afirma que material vendido é testado previamente pelo Exército

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Polícia Militar do Distrito Federal fez a devolução de um kit de pistolas elétricas devido a defeitos encontrados no produto. A empresa fornecedora – Condor S/A Indústria Química – afirmou que o material é testado de maneira exaustiva pelo Exército antes de ser vendido e que as providências para a troca do produto estão sendo realizadas. O jornal lembrou que por não possuir uma regulamentação, a venda desse tipo de armamento é liberada a partir da autorização do Exército. (*Correio Braziliense – 11/05/13*)

16- Lobão comentou acusações feitas à presidenta

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o cantor e compositor João Luiz Woerdenbag Filho, conhecido como Lobão, comentou sobre as acusações de terrorismo feitas à presidenta da República, Dilma Rousseff, e afirmou que “se fosse ela, tendo institucionalizado uma Comissão da Verdade querendo investigar meus antigos adversários, eu teria obrigação de abrir todo meu arquivo”. Em relação ao regime militar (1964-1985), o cantor defendeu o direito dos cidadãos à informação e afirmou querer saber “a história inteira, e não por um lado só”. (*Correio Braziliense – 12/05/13*)

17- Marinha testa na Noruega combustível que será utilizado no submarino nuclear

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha testou o combustível nuclear que abastecerá o submarino atômico brasileiro. O teste foi realizado com sucesso no Instituto de Tecnologia da Energia (IFE) na cidade de Halden,

na Noruega, como parte do Programa Nuclear de Marinha, classificado pelo governo norueguês como “estritamente pacífico”. Segundo *O Estado*, o teste foi feito nos laboratórios de Halden pelo fato do Brasil ainda não dispor de um reator de pesquisa desenvolvido. O grupo de cientistas responsáveis pelo projeto é ligado ao Centro Aramar, núcleo mantido na cidade de Iperó, no interior do estado de São Paulo, pelo Centro Tecnológico da Marinha, ligado à Universidade de São Paulo. De acordo com o jornal, “os resultados do teste revelaram que o combustível nuclear poderia fazer o submarino de 100 metros e 4 mil toneladas mergulhar além dos 350 metros, navegar com agilidade esperada e a velocidade na faixa de 50 km/hora”. O projeto da Marinha conta ainda com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub) para a construção de um estaleiro, uma base e um lote de novos submarinos. A execução terá parceria com a Odebrecht Defesa e Tecnologia, associada à empresa DCNS, da França. O financiamento será do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, que abarca setores da Defesa, chamado de PAC Equipamentos. O Centro de Aramar contará ainda com as obras do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica, no qual serão exercidas atividades com elementos radioativos. O ProSub prevê, até 2047, uma frota com seis submarinos nucleares e 20 submarinos convencionais. (O Estado de S. Paulo – Política – 12/05/13)

#### 18- Governo egípcio estuda transição política brasileira

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a delegação do presidente do Egito, Mohamed Morsi, reuniu-se na semana passada com integrantes da Comissão Nacional da Verdade, em São Paulo, para estudar a transição política do Brasil ao final do regime militar (1964-1985). A assistente para Assuntos Políticos do governo de Morsi, Pakinam El Sharkawy, afirmou que a Justiça do Egito é dominada por forças leais ao ex-ditador Hosni Mubarak e admitiu que o principal objetivo das reuniões seria entender como o Brasil conseguiu estabelecer um sistema democrático. De acordo com o jornal, o Egito hoje enfrenta problemas parecidos com os do Brasil após o regime militar, como “a necessidade ou não de uma nova Constituição, o que fazer com integrantes do velho regime acusados de violações, o papel da religião e a laicidade do Estado e o modelo econômico a ser seguido”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/05/13)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal Moraes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).